



EDITAL

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16246/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LICITAÇÃO: AMPLA PARTICIPAÇÃO

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/01/2025, às 9H00

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://pmstabarbara.smarapd.com.br/pregao/>

Torna-se público que o Município de Santa Bárbara d'Oeste, por meio do Setor de licitações, sediado na Avenida Monte Castelo, nº 1.000, 4º andar-Jd. Primavera, Santa Bárbara d'Oeste, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. A agente de contratação Clarice Citelli de Souza, nomeada pela Portaria nº 223 de 21 de dezembro de 2023, será designado para a condução do certame, auxiliado pela equipe de apoio.

1 DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para serviço de arbitragem para os campeonatos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada conforme constante no Termo de Referência.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados que explorem o ramo de atividade compatível com o objeto licitado, e que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Compras adotado pelo Município.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e



Município de Santa Bárbara d'Oeste

seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto ao Município, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 A participação da referida licitação se dará por meio de ampla participação, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as empresas que se enquadram nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores



a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6 agente público da Administração;

2.7.7 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Administração, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que



Município de Santa Bárbara d'Oeste

cumpra plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



Município de Santa Bárbara d'Oeste

3.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

4.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



4.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.7 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedidos pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



4.14 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

4.16 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

4.17 Certidão negativa de falência ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor da sede ou domicílio do fornecedor - Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.17.1 Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial/extrajudicial encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Qualificação Técnica

4.18 A empresa deverá comprovar experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem em eventos esportivos similares, demonstrando expertise e capacidade técnica para conduzir as competições de forma imparcial e eficiente.

4.19 Indicação do pessoal técnico, bem como qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

4.20 Declaração de que, se vencedora do certame, apresentará em até 10 (dez) dias da solicitação, que será enviada ao e-mail informado na proposta e antes da assinatura do contrato, a relação de árbitros e os respectivos certificados (em original ou cópia autenticada) de acordo com os seguintes critérios:

- Futebol: deverá apresentar relação com no mínimo, 30 (trinta) árbitros federados junto à Federação Paulista de Futebol;



- Futebol: para as finais das categorias 1ª Divisão, 2ª Divisão e Veteranos, deverá apresentar árbitro credenciado FIFA ou Confederação Brasileira de Futebol
- Futsal: deverá apresentar relação de 20 (vinte) a 30 (trinta) árbitros, dos quais, pelo menos 10 (dez) devem ser federados pela Federação Paulista de Futsal.
- Voleibol, Futevôlei, Vôlei de Praia, Basquete, Basquete 3x3, Atletismo e Minibol: os árbitros deverão possuir certificação específica de arbitragem para cada modalidade, expedida por confederações, federações, ligas, entidades de classe, ou por qualquer outro centro formador reconhecido e competente para a respectiva modalidade.
- A relação de árbitros apresentada deverá conter os seguintes dados: nome completo, data de nascimento, RG, CPF, número de telefone e ainda e-mail, se houver.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total global;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

5.1 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.5 Os licitantes deverão deter ciência plena e, se vencedores do presente certame, cumprir, com rigor, os termos do Decreto Municipal nº 7.468/2023 e Anexo Único (Anexo VIII), sob pena de não pagamento dos valores devidos, inclusive.

5.6 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos Contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



6.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.7 O envio de lances no pregão eletrônico, no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema eletrônico.

6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada



somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.14.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.14.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

6.14.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.14.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.16 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



Município de Santa Bárbara d'Oeste

6.16.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.16.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.16.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430, de 2023, § 1º, incisos I a VI, com a eventual apresentação do chamado Selo Empresa Amiga da Mulher, conforme Lei Federal 14.682 de 2023;

6.16.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.17.1.1 empresas brasileiras;

6.17.1.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.1.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18 As regras previstas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no artigo 44 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, como por exemplo: fichas, catálogos, laudos, certificações, caso solicitado em Edital.

6.19.5 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste Edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 contiver vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no item 04, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6 A habilitação será verificada por meio do sistema eletrônico de compras, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico de compras e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.8.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.8.2 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme disposto na Lei 14.133/21, art. 64.

8.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

9 DA CONTRATAÇÃO

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:



(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 O contrato será assinado por meio de assinatura digital.

9.4 Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://pmstabarbara.smarapd.com.br/pregao/>.

11 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5 fraudar a licitação



Município de Santa Bárbara d'Oeste

11.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15



(quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, protocolizadas junto ao sítio www.santabarbara.sp.gov.br no link <https://santabarbara.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, ou diretamente na plataforma SMARAPD <https://pmstabarbara.smarapd.com.br/pregao/>

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.2 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

13.3 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.6 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.7 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.santabarbara.sp.gov.br.

13.8 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.8.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.8.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.8.2 ANEXO II – Planilha Proposta

13.8.3 ANEXO III – Minuta Termo de Contrato

13.8.4 ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação

13.8.5 ANEXO V- Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos

13.8.6 ANEXO VI- Cadastro de Representante

13.8.7 ANEXO VII- LC-02- Declaração de Documentos à Disposição do TCE – SP

13.8.8 ANEXO VIII- Decreto Municipal nº 7.468 de 25 de agosto de 2.023

Santa Bárbara d'Oeste, 09 de dezembro de 2024.

ROBERTA SEMMLER LAUDISSI
Secretária Municipal de Administração



ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de Serviço de Arbitragem para os Campeonatos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE GLOBAL				
Item	Código	Quant.	Unid.	Especificação
1	2.23.01.0002-0	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Veterano
2	2.23.01.0003-8	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Master
3	2.23.01.0004-6	85,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 4ª Divisão
4	2.23.01.0005-4	65,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 3ª Divisão
5	2.23.01.0006-2	80,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 2ª Divisão
6	2.23.01.0007-0	75,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 1ª Divisão
7	2.23.01.0008-9	39,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 11
8	2.23.01.0009-7	39,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 13
9	2.23.01.0010-0	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 15
10	2.23.01.0011-9	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 17
11	2.23.01.0012-7	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 20
12	2.23.01.0013-5	18,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Feminino Livre
13	2.23.01.0014-3	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mini Campo Servidores
14	2.23.01.0015-1	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mini campo Sub 07
15	2.23.01.0016-0	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mini campo Sub 09
16	2.23.01.0017-8	160,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Masculino Livre
17	2.23.01.0018-6	25,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Feminino Livre
18	2.23.01.0019-4	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 06
19	2.23.01.0020-8	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 08
20	2.23.01.0021-6	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 10
21	2.23.01.0022-4	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 12
22	2.23.01.0023-2	70,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 14
23	2.23.01.0024-0	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 16
24	2.23.01.0025-9	55,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 18
25	2.23.01.0026-7	20,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Feminino Sub 13
26	2.23.01.0027-5	20,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Feminino Sub 17
27	2.23.01.0028-3	40,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Voleibol Masculino
28	2.23.01.0029-1	40,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Voleibol Feminino



Município de Santa Bárbara d'Oeste

29	2.23.01.0030-5	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Basquete Livre
30	2.23.01.0033-0	5,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Atletismo Escolar
31	2.23.01.0036-4	80,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Voleibol de Praia
32	2.23.01.0037-2	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futevolei
33	2.23.01.0038-0	40,00	UN	Serviço de Arbitragem para Amistosos de Futebol
34	2.23.01.0040-2	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Minibol
35	2.23.01.0042-9	55,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Veterano
36	2.23.01.0043-7	75,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal 1ª Divisão
37	2.23.01.0044-5	80,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal 2ª Divisão
38	2.23.01.0045-3	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal 3ª Divisão
39	2.23.01.0046-1	20,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Basquete Escolar (sub-10)
40	2.23.01.0047-0	6,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Basquete 3x3
41	2.23.01.0048-8	20,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Escolar
42	2.23.01.0049-6	50,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato Municipal de Truco
43	2.23.01.0050-0	3,00	UN	Serviço de Arbitragem para Final categoria 1ª Divisão, 2ª Divisão e Veterano
44	2.23.01.0051-8	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mega Master
45	2.23.01.0052-6	85,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 5ª Divisão

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do Contrato podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando atender os campeonatos municipais realizados pela Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste, através da Secretaria Municipal de Esportes.

1.4 Os serviços objeto do presente Termo de Referência são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

1.5 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5 EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os serviços de arbitragem atenderão os campeonatos municipais realizados pela Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste, através da Secretaria Municipal de Esportes, no período de 12 meses, conforme previsão dos eventos a serem atendidos, podendo haver alterações nas datas dos eventos.

Modalidade	Categoria	Unidade	Qtde	Duração das Partidas
Futebol	Veterano	Jogo	50	80 minutos
Futebol	Master	Jogo	50	80 minutos
Futebol	Mega master	Jogo	30	80 minutos
Futebol	5ª Divisão	Jogo	85	80 minutos
Futebol	4ª Divisão	Jogo	85	80 minutos
Futebol	3ª Divisão	Jogo	65	80 minutos
Futebol	2ª Divisão	Jogo	80	80 minutos
Futebol	1ª Divisão	Jogo	75	90 minutos
Futebol	Sub-11	Jogo	39	40 minutos
Futebol	Sub-13	Jogo	39	50 minutos
Futebol	Sub-15	Jogo	30	80 minutos
Futebol	Sub-17	Jogo	30	80 minutos
Futebol	Sub-20	Jogo	30	80 minutos
Futebol	Fem. Livre	Jogo	18	80 minutos
Futebol	Amistoso	Jogo	40	90 minutos
Futebol Mini Campo	Servidores	Jogo	30	40 minutos
Futebol Mini Campo	Sub-07	Jogo	30	40 minutos
Futebol Mini Campo	Sub-09	Jogo	30	40 minutos
Futsal	1ª Divisão	Jogo	75	40 minutos
Futsal	2ª Divisão	Jogo	80	40 minutos
Futsal	3ª Divisão	Jogo	60	40 minutos
Futsal	Masculino Sub-06	Jogo	30	30 minutos
Futsal	Masculino Sub-08	Jogo	50	30 minutos
Futsal	Masculino Sub-10	Jogo	60	30 minutos
Futsal	Masculino Sub-12	Jogo	60	30 minutos
Futsal	Masculino Sub-14	Jogo	70	40 minutos



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Futsal	Masculino Sub-16	Jogo	60	40 minutos
Futsal	Masculino Sub-18	Jogo	55	40 minutos
Futsal	Masculino Livre	Jogo	160	40 minutos
Futsal	Fem. Sub-13	Jogo	20	30 minutos
Futsal	Fem. Livre	Jogo	25	40 minutos
Futsal	Fem. Sub-17	Jogo	20	40 minutos
Futsal	Veterano	Jogo	55	40 minutos
Voleibol	Masculino	Jogo	40	indeterminado
Voleibol	Feminino	Jogo	40	indeterminado
Basquete	Livre	Jogo	50	4 quartos de 10 minutos cada
Basquete	Sub-10	Diária	20	4 quartos de 6 minutos cada
Basquete 3x3	Livre	Diária	06	21 pontos ou 12 minutos
Futsal	Escolar	Diária	20	30 minutos
Atletismo	Escolar	Diária	05	-
Volei de Praia	Livre	Jogo	80	indeterminado
Futevôlei	Livre	Jogo	30	indeterminado
Minobol	3ª Idade	Jogo	30	-
Truco	Livre	Diária	50	-
Futebol	Final 1ª Div, 2ª Div e Veterano	Jogo	3	90 minutos

5.2 Nos valores devem estar inclusos:

Futebol (todas as categorias) - 01 (um) Árbitro, 02 (dois) Árbitros assistentes e 01 (um) Árbitro Reserva ou Representante;

Futebol Mini Campo - 01 (um) Árbitro e 01 (um) Apontador/Mesário;

Futsal - 02 - (dois) Árbitros e 01 (um) Apontador/Mesário;

Futevôlei – 01 (um) Árbitro e 01 (um) Apontador/Mesário;

Vôlei – 02 (dois) árbitros 01 (um) Apontador/Mesário;

Vôlei de Praia – 02 (dois) árbitros 01 (um) Apontador/Mesário;

Basquete – 02 (dois) Árbitros e 01 (um) Apontador/Mesário;

Basquete 3x3 – 06 (seis) Árbitros e 02 (dois) Apontador/Mesário;

Minobol – 02 (dois) Árbitros e 01 (um) Apontador/Mesário.

Futebol Amistosos - 01 (um) Árbitro, 02 (dois) Árbitros assistentes e 01 (um) Árbitro Reserva ou Representante;

Atletismo Escolar - 02 (dois) coordenador geral, 01 (um) juiz de partida, 10 (dez) cronometristas. Fica de inteira responsabilidade da Contratada a demarcação da pista utilizada, toda a parte técnica, computador, impressora, cronômetros e demais custos;

Futsal Escolar - 01 (um) Árbitro e 01 (um) Apontador/Mesário;



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Truco - 01 (um) Árbitro e 01 (um) Auxiliar.

5.3 Demanda estimada: conforme Planejamento Anual de Competições da Secretaria Municipal de Esportes. O Planejamento Anual de Competições poderá sofrer alterações caso a SEME necessite.

Fevereiro

Campeonato Municipal de Futebol 1ª Divisão/ 2ª Divisão: Inscrições de 03 de Fevereiro a 21 de Fevereiro.

Campeonato Municipal de Futsal da 1ª Divisão adulto masculino: Inscrições de 3 de Fevereiro a 21 de Fevereiro.

1ª Fase do Campeonato Municipal de Futebol de Base sub 20

1ª Fase do Campeonato Municipal de Futebol Veterano

1ª Fase Campeonato Municipal de Futsal 2ª e 3ª Divisão adulto masculino e feminino adulto

Março

Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades): Inscrições de 1 a 17 de Março

Campeonato Municipal de Futebol de Base , sub 13, sub 15, sub 17: Inscrições de 06 de Março a 21 de Março.

Campeonato Municipal de Futsal Sub 18: Inscrições de 06 a 21 de Março.

1ª Fase do Campeonato Municipal de Futsal 1ª Divisão.

1ª Fase do Campeonato Municipal de Futebol 1ª Divisão/ 2ª Divisão

2ª Fase do Campeonato Municipal de Futebol de Base sub 20.

2ª Fase do Campeonato Municipal de Futebol Veterano.

2ª Fase Campeonato Municipal de Futsal 2ª e 3ª Divisão Adulto Masculino e Feminino Adulto.

Início da 1ª etapa de Futevolei: 8 de Março.

Abril

Início do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades).

Início das inscrições do Campeonato Municipal de Futebol 3ª Divisão: Inscrições de 01 de Abril a 24 de Abril.

Início do Campeonato Municipal de Futsal Sub 18.

1ª fase do Campeonato Municipal de Futebol de Base, sub 13, sub 15, sub 17.

1ª fase do Campeonato Municipal de Futsal 1ª Divisão.

1ª Fase do Campeonato de Futebol 1ª e 2ª Divisão.

Fase Final do Campeonato Municipal de Futebol de Base sub 20.

Fase Final do Campeonato Municipal de Futsal 2ª e 3ª Divisão adulto masculino e feminino adulto.

Fase Final do Campeonato Municipal de Futebol Veterano.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Maio

Início do Campeonato Municipal de Futebol 3ª Divisão.

Início das inscrições do Campeonato Municipal de Bocha: Inscrições de 1 a 17 de Março.

Início do Campeonato Municipal de Futsal Sub 18.

Início da 2ª fase Campeonato de Futebol 1ª, 2ª Divisão.

1ª fase do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades).

2ª Fase dos Campeonatos Municipais de Futebol de Base, sub 13, sub 15, sub 17

2ª fase do Campeonato Municipal de Futsal 1ª e 2ª Divisão adulto.

2ª fase do Campeonato de Futebol Mega Master (5.5)

Junho

Início do Campeonato Municipal de Bocha

1ª fase do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades).

1ª Fase do Campeonato Municipal de Futebol 3ª Divisão.

Finals do Campeonato Municipal de Futsal 1ª e 2ª Divisão adulto masculino e feminino adulto.

Final do Campeonato de Futebol 1ª e 2ª Divisão

Final do Campeonato Municipal de Futsal Sub 18.

Julho

Início das inscrições da Campeonato Municipal de Futebol da 4ª e 5ª Divisão.

1ª fase do Campeonato Municipal de Truco (Fábrica de Amizades).

2ª fase do Campeonato Municipal de Futebol 3ª Divisão.

Agosto

Início da 2ª etapa de Vôlei de Praia e Futevolei

Início do Campeonato Municipal de Futebol da 4ª e 5ª Divisão.

Campeonato Municipal de Futebol Masters: Inscrições de 1 de Agosto a 11 de Agosto.

Festival da Garotada sub 07, sub 09 e sub 11: Inscrições de 1 de Agosto a 11 de Agosto.

Futsal de Base sub 08, sub 10, sub 12, sub 14 e sub 16, Masculino e sub 13 e sub 17 Feminino: Inscrições de 1 de Agosto a 11 de Agosto.

Campeonato de Futebol Mega Masters (5.5): Inscrições de 1 a 15 de Agosto.

1ª fase do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades).

Final do Campeonato Municipal de Futebol 3ª Divisão.

Setembro

Início do Campeonato Municipal de Futebol Masters.

Início do Festival da Garotada sub 07, sub 09 e sub 11.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Início das inscrições do Campeonato de Futebol Society do Servidor Público:
Inscrições de 15 a 30 de Setembro.

Início do Campeonato Municipal de Futsal de Base sub 08, sub 10, sub 12, sub 14 e sub 16, Masculino e sub 13 e sub 17 Feminino.

Início do Campeonato de Futebol Mega Masters (5.5)

2ª fase do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades)

2ª fase do Campeonato Municipal de Futebol da 4ª e 5ª Divisão.

Final do Campeonato Municipal de Bocha

Outubro

Início do Campeonato de Futebol Society do Servidor Público

2ª fase do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades).

2ª fase do Campeonato Municipal de Futebol Masters.

2ª Fase do Campeonato de Futebol Mega Masters (5.5)

2ª fase do Festival da Garotada sub 07, sub 09 e sub 11.

Finais do Campeonato Municipal de Futsal de Base sub 08, sub 10, sub 12, sub 14 e sub 16, Masculino e sub 13 e sub 17 Feminino.

Finais do Campeonato Municipal de Truco 1ª e 2ª Divisão (Fábrica de Amizades).

Final do Campeonato Municipal de Futebol da 4ª e 5ª Divisão.

Novembro

Final do Campeonato Municipal de Futebol Master.

Final do Festival da Garotada sub 07, sub 09 e sub 11.

Final do Campeonato de Futebol Society do Servidor Público

Final do Campeonato de Futebol Mega Masters (5.5)

Início da 4ª e última etapa de Vôlei de Praia e Futvôlei

Dezembro

Inscrições do Torneio de Férias Futsal do ano seguinte.

5.4 Locais para execução dos serviços de arbitragem

Os serviços serão sempre prestados no município de Santa Bárbara d'Oeste, podendo haver alteração no local previamente definido em cronograma.

CAMPOS DE FUTEBOL

01 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOÃO OMETTO – ALFA.
AV. JOÃO OMETTO S/N. – JARDIM ALFA.

02 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ APARECIDO ROCHA – LAUDISSI.
RUA PROFETA ESDRAS S/N. – JARDIM LAUDISSI.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

03 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ CANDIDO DE CAMPOS – CSU.

AV. CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES S/N. – VILA SARTORI.

04 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL CLAUDEMIR MARTIM DANIEL – S. FRANCISCO.

RUA BORORÓS S/N. – JARDIM SÃO FRANCISCO.

05 - CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOÃO QUERUBIN THEODORO – STA RITA.

RUA ISMAEL ALVES S/N. – JARDIM SANTA RITA.

06 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL ANTONIO LEME – VILA MOLLON.

RUA DO COBRE S/N. – JARDIM MOLLON.

07 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL DIRCEU DIAS CARNEIRO – JD EUROPA.

RUA ALEMANHA S/N. – JARDIM EUROPA.

08 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ J. SANS – JARDIM PÉROLA.

AV. DA INDÚSTRIA S/N. – JARDIM PÉROLA.

09 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL AMADEU TORTELI – ESMERALDA.

RUA DO CACAU S/N. – JARDIM ESMERALDA.

10 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL GERALDO SILVA – 31 DE MARÇO.

RUA MARECHAL BITENCOURT S/N. – VILA TRINTA E UM DE MARÇO.

11 – ESTÁDIO ANTONIO LINS RIBEIRO GUIMARÃES

RUA 13 DE MAIO, 1369 – VILA APARECIDA.

Modalidades: Futsal, Minobol, Basquete, Voleibol

GINÁSIO DE ESPORTES

01 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL DJANIRO PEDROSO.

RUA PRUDENTE DE MORAES N.º 250 – CENTRO.

02 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL CLAUDEMIR MARTIM DANIEL “MIRZINHO”

RUA BORORÓS, Nº 262 – JARDIM MARIANA

03 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL DENIS VIANNA.

RUA ALEMANHA S/N. – JARDIM EUROPA.

04 – CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ SALVES.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

RUA DAS BATATAS, S/N – JARDIM PÉROLA

05- CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ J. BELLANI
RUA SÁBATO RONSINI, 1001 - JARDIM ITAMARATY

Modalidades: Futevôlei e Vôlei de Praia

QUADRAS DE VOLEI DE AREIA/ FUTEVÔLEI

01 – JARDIM FLAMBOYANT

RUA MONTE SIÃO, ESQUINA COM A AV. JEQUITIBÁ, S/Nº – JARDIM FLAMBOYANT

02 – PARQUE DOS JACARANDÁS

RUA DO ESTANHO, S/Nº – MOLLON IV

03 – JARDIM EUROPA (NA PRAÇA JOSÉ MARCOS DE SOUZA “MARQUINHOS”)

ENTRE AS RUA PORTUGAL, HOLANDA, ALEMANHA E AVENIDA DA AMIZADE NO JARDIM EUROPA)

04 – RESIDENCIAL FURLAN

RUA JOSÉ LUIS COVOLAN E RUA ANTONIO FURLAN, S/N – RESIDENCIAL FURLAN

Modalidade: Atletismo

Pista de Atletismo

01 - CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ CANDIDO DE CAMPOS – CSU.

AV. CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES S/N. – VILA SARTORI.

02 - CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL JOSÉ J. BELLANI

RUA SÁBATO RONSINI, 1001 - JARDIM ITAMARATY

5.5 Os árbitros e representantes, antes de cada partida, deverão estar devidamente uniformizados e equipados com todos os acessórios necessários para a execução das atividades de arbitragem de acordo com cada modalidade, incluindo apitos, bandeiras, cartões, cronômetros, moeda, bombas com bico para inflar bolas, placar de mesa, cartões oficiais para arbitragem vermelho e amarelo, calibrador tipo caneta para bola, placas de substituição em acetato, spray demarcatório, além de materiais para preenchimento de súmulas, como: canetas (vermelha, azul e preta), lápis, borracha e caneta corretiva líquida multiuso.



5.6 Caberá à Empresa Contratada retirar na Secretaria Municipal de Esportes todas as súmulas e documentos referentes às partidas, com antecedência mínima de 01 (um) dia.

5.7 Todos os árbitros que executarão os serviços pela contratada deverão conhecer o Regulamento Geral das respectivas modalidades e também o Regulamento específico de cada competição, fornecido pela SEME.

5.8 Para o exercício da arbitragem, os árbitros e seus auxiliares deverão se apresentar nos locais de jogos no mínimo com 01 hora de antecedência do início da partida.

5.9 A Contratada deverá garantir a pontualidade e o cumprimento integral das normas vigentes para a arbitragem esportiva de cada modalidade.

5.10 A Contratada deverá custear transporte e alimentação dos árbitros para desempenho de seus serviços.

5.11 A Contratada deverá fornecer os nomes e os dados profissionais de arbitragem escalados para cada partida, com até 24 horas de antecedência.

5.11.1 A Contratante poderá exigir a substituição imediata da arbitragem escalada sempre que observar ausência de imparcialidade ou favorecimento de qualquer time, assim como também, quando não houver lisura no processo de competição.

5.12 A Contratante poderá escolher o time de arbitragem, conforme a qualificação técnica, para cada jogo, especialmente durante as finais e semifinais.

5.13 A contratada deverá realizar a prestação de serviços de acordo com a solicitação da Secretaria, independente de dias e horários.

5.14 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar os serviços de arbitragem conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação de pessoal necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais necessários para a execução do objeto contratual;



6.2 Dispor a arbitragem nos horários e locais predeterminados pela SEME;

6.3 Utilizar no atendimento às escalas de arbitragem solicitadas pela SEME, árbitros certificados e com pleno conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com este Termo de Referência;

6.4 Zelar para que os árbitros se apresentem regularmente uniformizados, como também seus auxiliares, para o exercício de suas funções, nos padrões de cada respectiva modalidade esportiva a ser arbitrada;

6.5 Responsabilizar-se, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

6.6 Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos árbitros alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

6.7 Instruir os árbitros e seus auxiliares sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

6.8 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.9 Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

6.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

6.13 Coordenador Geral

6.13.1 A Contratada deverá deter para toda a vigência contratual um Coordenador Geral, que será a pessoa responsável pela comunicação junto a esta Municipalidade.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

6.13.2 O Coordenador Geral deverá ter formação superior em Educação Física, possuir registro ativo junto ao CREF – Conselho Regional de Educação Física e curso de arbitragem em federações nacionais.

6.13.3 Compete ao Coordenador Geral desempenhar as seguintes funções: elaborar as escalas de árbitros e divulgá-las à Secretaria Municipal de Esportes com antecedência mínima de 01 (um) dia antes de cada partida ou prova; retirar as súmulas e demais documentos relacionados a cada modalidade, distribuindo-os nos respectivos locais de competição conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Esportes; encaminhar, em tempo real, todos os resultados das partidas ou provas ao Coordenador da SEME; e devolver as súmulas à Secretaria até as 10h00 do dia subsequente à realização das partidas ou competições.

6.13.4 O Coordenador Geral deverá ser o elo de comunicação entre a Secretaria de Esportes e os Árbitros;

6.13.5 O Coordenador Geral deverá repor imediatamente a ausência no todo ou em parte da equipe de arbitragem, que atrasar ou faltar para que não haja prejuízo às competições promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes; sem danos a Contratante;

6.13.6 O Coordenador Geral deverá ter os conhecimentos mínimos das regras de cada modalidade supracitada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

7.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

7.3 Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

7.4 Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço,



no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

7.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

7.6 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

7.7 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7.506/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 As comunicações entre a Administração e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3 A Secretaria responsável poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas em face do Contrato.

8.4. Após a assinatura, a Secretaria responsável poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial e apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para entrega do objeto, do plano complementar de execução do Contrato, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Eveline Maia de Oliveira, Chefe de Divisão de Expediente e Convênios, conforme nomeação pela Portaria nº 59 de 17/04/2024.



8.6 Fica denominado como Gestora do Contrato, o servidor Luis Antonio de Oliveira, Diretoria e Gestão de Políticas Esportivas, conforme nomeação pela Portaria nº 58 de 17/04/2024.

8.7 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 A Contratada deverá emitir semanalmente, a nota fiscal correspondente ao total de serviços efetivamente prestados.

9.2 Pela prestação dos serviços, o Município efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da entrega da nota fiscal, aceita pelo preposto do Município, por crédito em conta corrente, em nome da Contratada.

9.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-FIPE de correção monetária.

9.4 A Contratada deve deter ciência plena e cumprir, com rigor, os termos do Decreto Municipal nº 7.468/23 e Anexo Único, sob pena de não pagamento dos valores devidos.

9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2 Qualificação Técnica

10.2.1 A empresa deverá comprovar experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem em eventos esportivos similares, demonstrando



expertise e capacidade técnica para conduzir as competições de forma imparcial e eficiente.

10.2.2 Indicação do pessoal técnico, bem como qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

10.2.3 Declaração de que, se vencedora do certame, apresentará em até 10 (dez) dias da solicitação, que será enviada ao e-mail informado na proposta e antes da assinatura do contrato, a relação de árbitros e os respectivos certificados (em original ou cópia autenticada) de acordo com os seguintes critérios:

- Futebol: deverá apresentar relação com no mínimo, 30 (trinta) árbitros federados junto à Federação Paulista de Futebol;
- Futebol: para as finais das categorias 1ª Divisão, 2ª Divisão e Veteranos, deverá apresentar árbitro credenciado FIFA ou Confederação Brasileira de Futebol
- Futsal: deverá apresentar relação de 20 (vinte) a 30 (trinta) árbitros, dos quais, pelo menos 10 (dez) devem ser federados pela Federação Paulista de Futsal.
- Voleibol, Futevôlei, Vôlei de Praia, Basquete, Basquete 3x3, Atletismo e Minibol: – os árbitros deverão possuir certificação específica de arbitragem para cada modalidade, expedida por confederações, federações, ligas, entidades de classe, ou por qualquer outro centro formador reconhecido e competente para a respectiva modalidade.
- A relação de árbitros apresentada deverá conter os seguintes dados: nome completo, data de nascimento, RG, CPF, número de telefone e ainda e-mail, se houver.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso, devendo ser tornado público apenas depois do julgamento das propostas, com vistas a fomentar a competitividade entre os licitantes e potencializar a vantajosidade em eventual negociação a ser firmada pelo Agente de Contratação.



12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação deverão onerar a Unidade Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.06.01

Funcional Programática: 27.812.0043.2.068 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPORTES

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços técnicos profissionais

Dotação: 364 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso: Próprio - Vínculo 01, suplementada, se necessário.

VINÍCIUS FURLAN
Secretário Municipal de Esportes



Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ARBITRAGEM DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS

Órgãos Solicitantes: Secretaria Municipal de Esportes

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Esportes do Município é responsável por incentivar competições, encontros e atividades recreativas, proporcionando o bem-estar do cidadão e promovendo a integração social. Viabiliza a utilização e manutenção de campos, quadras e ginásios. A Secretaria tem o objetivo de equacionar novos projetos e potencializar os já existentes, beneficiando crianças, jovens, adultos e a maior idade. Deve incrementar ações relativas ao esporte de alto rendimento e a prática esportiva em geral.

A SEME promove anualmente diversos campeonatos municipais nas modalidades de futebol, futevôlei, futsal, voleibol, vôlei de praia, basquete, basquete 3x3, atletismo e minobol.

Durante todo ano, são realizados aproximadamente 1.800 jogos, movimentando em torno de 10.000 atletas nas diversas modalidades.

Desta forma, são necessários profissionais qualificados em arbitragem para garantir a condução justa e imparcial das partidas. Os jogos devem ser realizados de acordo com as regras oficiais de cada modalidade, contribuindo para o sucesso dos campeonatos e a satisfação dos participantes.

A Secretaria Municipal de Esportes necessita de serviços de arbitragem para garantir a regularidade dos eventos esportivos. A presença de árbitros qualificados é essencial para assegurar o cumprimento das regras e normas, promovendo a credibilidade das competições e estimulando a participação da comunidade. Em suma, o objetivo é promover o esporte de forma transparente e organizada, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade local.



II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

A contratação da empresa de arbitragem está diretamente alinhada com o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Esportes, que visa promover o esporte no município de forma organizada.

A presença de árbitros qualificados é fundamental para manter a integridade das competições e garantir que os eventos sejam realizados conforme os padrões estabelecidos.

Esta ação também se alinha com os objetivos de fomentar a prática esportiva, fortalecer a convivência comunitária e incentivar a participação ativa da população em atividades esportivas.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os árbitros que conduzirão as disputas e orientarão os participantes nos eventos deverão ter:

- 1) **Experiência e Qualificação:** Os árbitros devem possuir experiência comprovada e qualificações adequadas na modalidade esportiva específica em que atuarão de acordo com cada evento. Isso pode incluir certificações ou credenciais reconhecidas pela entidade esportiva competente.
- 2) **Imparcialidade e Ética:** Os árbitros devem demonstrar imparcialidade, integridade e conduta ética em todas as suas decisões e interações durante as competições esportivas.
- 3) **Conhecimento das Regras:** É fundamental que os árbitros tenham um conhecimento abrangente das regras do jogo e se mantenham atualizados sobre quaisquer alterações ou atualizações nas regulamentações esportivas.
- 4) **Comunicação e Liderança:** Os árbitros devem possuir habilidades sólidas de comunicação e liderança para conduzir eficazmente as disputas, orientar os participantes e resolver eventuais conflitos que possam surgir durante as competições.
- 5) **Disponibilidade e Comprometimento:** Os árbitros devem estar disponíveis para participar de todas as etapas dos eventos esportivos, e demonstrar comprometimento com os horários e responsabilidades atribuídas.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

A empresa deverá comprovar experiência prévia na prestação de serviços de arbitragem em eventos esportivos similares, demonstrando expertise e capacidade técnica para conduzir as competições de forma imparcial e eficiente, através de Atestado técnico-operacional, que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A empresa deverá apresentar um quadro de árbitros qualificados e devidamente registrados nas entidades competentes, garantindo a disponibilidade de profissionais capacitados para atender à demanda da Secretaria Municipal de Esportes.

A contratada deverá comprometer-se a cumprir os prazos estabelecidos para a realização dos serviços, observando que os eventos poderão ocorrer em qualquer período do dia.

A contratada também deverá observar e respeitar as normas e regulamentos específicos de cada modalidade esportiva, assegurando a lisura e regularidade das competições.

A Contratada deverá deter para toda a vigência contratual um Coordenador Geral, que será a pessoa responsável pela comunicação junto a esta Municipalidade.

O Coordenador Geral deverá ter formação superior em Educação Física, possuir registro ativo junto ao CREF – Conselho Regional de Educação Física e curso de arbitragem em federações nacionais.

Indicação do pessoal técnico, bem como qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Consórcio: Tendo em vista a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação. Permitir, com o aval da administração pública, a união de concorrentes que poderiam competir entre si, viola, indiretamente, o princípio da competitividade, comprometendo a vantajosidade almejada pela administração, sendo, portanto, vedada a aceitação de consórcios ao certame.

Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se



Município de Santa Bárbara d'Oeste

baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, de acordo com a legislação vigente, em especial, as regras e instruções normativas da ANVISA.

IV - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

MODALIDADE	CATEGORIA	UNIDADE	QUANTIDADE
Futebol	Veterano	Jogo	50
Futebol	Master	Jogo	50
Futebol	Mega master	Jogo	30
Futebol	5ª Divisão	Jogo	85
Futebol	4ª Divisão	Jogo	85
Futebol	3ª Divisão	Jogo	65
Futebol	2ª Divisão	Jogo	80
Futebol	1ª Divisão	Jogo	75
Futebol	Sub-11	Jogo	39
Futebol	Sub-13	Jogo	39
Futebol	Sub-15	Jogo	30
Futebol	Sub-17	Jogo	30
Futebol	Sub-20	Jogo	30
Futebol	Fem. Livre	Jogo	18
Futebol	Amistoso	Jogo	40
Futebol Mini Campo	Servidores	Jogo	30
Futebol Mini Campo	Sub-07	Jogo	30
Futebol Mini Campo	Sub-09	Jogo	30
Futsal	1ª Divisão	Jogo	75
Futsal	2ª Divisão	Jogo	80
Futsal	3ª Divisão	Jogo	60
Futsal	Masculino Sub-06	Jogo	30
Futsal	Masculino Sub-08	Jogo	50
Futsal	Masculino Sub-10	Jogo	60
Futsal	Masculino Sub-12	Jogo	60
Futsal	Masculino Sub-14	Jogo	70
Futsal	Masculino Sub-16	Jogo	60
Futsal	Masculino Sub-18	Jogo	55
Futsal	Fem. Sub-13	Jogo	20
Futsal	Fem. Livre	Jogo	25
Futsal	Fem. Sub-17	Jogo	20
Futsal	Veterano	Jogo	55
Voleibol	Masculino	Jogo	40
Voleibol	Feminino	Jogo	40
Basquete	Livre	Jogo	50
Basquete	Sub-10	Diária	20
Basquete 3x3	Livre	Diária	06
Futsal	Escolar	Diária	20
Atletismo	Escolar	Diária	05
Volei de Praia	Livre	Jogo	80
Futevôlei	Livre	Jogo	30



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Minobol	3ª Idade	Jogo	30
Truco	Livre	Diária	50
Futebol	Final 1ª Div, 2ª Div e Veterano	Jogo	3

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação pretendida alinha-se à política que o Governo Federal vem implantado na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação na área-fim e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

Em busca de soluções possíveis para atendimento da demanda, foram verificadas duas formas de atendimento das demandas, conforme descritas:

Solução 1: Contratação de empresa especializada em serviços arbitragem esportiva, possuindo um quadro de árbitros treinados qualificada para diversas modalidades.

Solução 2: Contratação de servidores públicos capacitados para prestar os serviços de arbitragem esportiva

A contratação de uma empresa especializada em serviços de arbitragem esportiva oferece a conveniência de contar com profissionais experientes e especializados em diversas modalidades esportivas. Além disso, a empresa pode fornecer uma gama mais ampla de serviços relacionados à arbitragem, como organização de competições e logística, podendo ser mais onerosa inicialmente devido aos honorários pagos à empresa, mas pode representar uma economia a longo prazo, considerando a especialização e eficiência dos profissionais envolvidos.

Já contratar servidores públicos capacitados pode oferecer conveniência em termos de controle direto sobre os árbitros e flexibilidade para adaptar os serviços às necessidades específicas da administração pública, podendo parecer mais econômico em curto prazo, já que os salários dos funcionários podem ser menores do que os honorários pagos à empresa. No entanto, os custos indiretos associados à contratação e treinamento de servidores públicos, bem como a manutenção de uma equipe permanente de árbitros para cada modalidade esportiva, podem aumentar os custos a longo prazo.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Considerando esses aspectos, a contratação de uma empresa especializada em serviços de arbitragem pode ser mais vantajosa para a administração pública, pois oferece conveniência em termos de acesso a profissionais especializados, uma possível economia a longo prazo e uma maior eficiência operacional.

Assim, tendo em vista que esta Secretaria não possui funcionários habilitados para realização dos serviços em pauta, a contratação de serviços especializados em arbitragem se mostra a melhor alternativa para atendimento da demanda.

A contratação de uma empresa especializada garantirá a qualidade e profissionalismo na prestação do serviço, além de proporcionar flexibilidade e agilidade na contratação conforme a demanda.

Ademais, através da contratação de empresa, é possível garantir que o serviço seja prestado por profissionais com certificação realizados por Confederações, Federações ou por Entidades Esportivas na modalidade específica. Além de possibilitar a participação de equipe de arbitragem FIFA ou CBF (Série A) para as finais de futebol nas categorias 1ª Divisão, 2ª Divisão e Veteranos.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso, devendo ser tornado público apenas depois do julgamento das propostas, com vistas a fomentar a competitividade entre os licitantes e potencializar a vantajosidade em eventual negociação a ser firmada pelo Agente de Contratação.

O valor da contratação foi determinado com base em proposta recebida durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, levando em consideração a qualidade dos serviços oferecidos e o custo-benefício.

Para estimativa do valor total da contratação foi solicitado orçamento para empresa do ramo, atuante no mercado, que segue anexo ao presente estudo.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa de arbitragem que será responsável por fornecer árbitros e equipe de arbitragem para todos os campeonatos municipais promovidos pela Secretaria de Esportes.



A empresa deve assegurar a disponibilidade dos árbitros conforme a tabela de jogos, garantir que estejam devidamente uniformizados e equipados, além de garantir a qualidade do serviço prestado.

Deve atender às exigências legais e normativas da arbitragem esportiva, além de promover a eficiência e a transparência na condução dos campeonatos.

Para Atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório na modalidade Pregão, por tratar-se de serviço de especificidade comum, no formato eletrônico, com critério de julgamento de menor preço.

VIII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Opta-se por não realizar o parcelamento da solução, visto que a contratação de uma única empresa especializada para todas as modalidades esportivas garante maior uniformidade nos critérios de arbitragem, facilita a gestão do contrato e evita possíveis problemas de comunicação ou divergências entre árbitros de diferentes empresas. Além disso, a contratação de um único fornecedor permite um controle mais eficaz sobre a qualidade dos serviços prestados.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se que a contratação da empresa resulte na condução eficiente e imparcial dos campeonatos municipais, com árbitros qualificados garantindo o cumprimento das regras e a justiça nas competições. A Secretaria Municipal de Esportes almeja, com isso, elevar a qualidade dos eventos, promover a integridade esportiva e incentivar a participação da comunidade nos campeonatos.

Assegurar a realização de eventos esportivos de alta qualidade, justiça e imparcialidade. Por meio dessa contratação, busca-se garantir que as competições esportivas promovidas pelo município sejam conduzidas de maneira profissional, transparente e em conformidade com as regras estabelecidas para cada modalidade.

Almeja-se, portanto, contar com árbitros e profissionais qualificados, que possuam expertise nas diferentes modalidades esportivas e sejam capazes de garantir a aplicação correta das regras do jogo. Isso contribui para promover



um ambiente esportivo saudável e competitivo, no qual os atletas sintam-se confiantes de que serão julgados de maneira justa.

Além disso, espera-se que a contratação da empresa para prestação de serviços de arbitragem proporcione maior eficiência na gestão dos eventos esportivos, permitindo à Secretaria Municipal de Esportes focar em outras atividades relacionadas à promoção do esporte no município.

A contratação dos serviços possibilita uma organização mais ágil e profissional dos torneios e competições esportivas, contribuindo para atrair mais participantes e espectadores, além de fortalecer a imagem da cidade como um polo esportivo.

Em suma, o objetivo primordial é garantir eventos esportivos de alta qualidade, promovendo o desenvolvimento do esporte local e fortalecendo a imagem da Secretaria Municipal de Esportes como uma promotora de competições justas, transparentes e bem organizadas.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Será necessário definir a tabela de jogos com antecedência, de acordo com o número de inscritos em cada campeonato, para que a empresa contratada possa se organizar e disponibilizar os árbitros conforme o cronograma estabelecido.

A definição do calendário esportivo anual e montagem das tabelas de jogos é feita pelos próprios servidores da Secretaria Municipal de Esportes (Chefia de Departamento de Esportes/Campeonatos Municipais).

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas a esta contratação. Contudo, é importante garantir que os locais das competições estejam adequadamente preparados e equipados, o que pode envolver a contratação de serviços de manutenção de quadras, locação de equipamentos esportivos e segurança durante os eventos.



XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A realização dos campeonatos municipais e a contratação de árbitros não devem gerar impactos ambientais significativos. Contudo, recomenda-se a adoção de práticas sustentáveis, como a redução do uso de materiais descartáveis e a gestão adequada de resíduos durante os eventos.

Um dos principais impactos ambientais a serem considerados é o relacionado à logística e mobilidade necessárias para a realização dos eventos esportivos. O deslocamento de árbitros, equipes técnicas e participantes até os locais de competição pode gerar emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a poluição do ar e o aumento da pegada de carbono. Além disso, o uso excessivo de veículos motorizados pode impactar negativamente o trânsito e a qualidade do ar nas áreas próximas aos locais de competição.

Outro aspecto a ser considerado são os resíduos gerados durante os eventos esportivos, como embalagens descartáveis, resíduos alimentares e materiais de apoio. A falta de práticas adequadas de gestão de resíduos pode resultar na geração de lixo em excesso e na poluição do meio ambiente, especialmente se os resíduos não forem corretamente coletados, segregados e destinados à reciclagem ou tratamento adequado.

Diante dessas considerações, é fundamental que a contratação da empresa especializada em arbitragem seja acompanhada de medidas para mitigar e minimizar os impactos ambientais associados aos eventos esportivos. Isso inclui a adoção de práticas sustentáveis de mobilidade, a implementação de sistemas eficientes de gestão de resíduos, a promoção da conservação ambiental e o estímulo ao uso responsável dos recursos naturais, contribuindo para a proteção do meio ambiente e o bem-estar das comunidades locais.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após uma análise detalhada dos aspectos técnicos, legais e operacionais relacionados à contratação de uma empresa para prestação de serviços de arbitragem, visando atender à Secretaria Municipal de Esportes, é possível concluir que a realização desse processo licitatório é fundamental para garantir a eficiência e a qualidade na realização dos eventos esportivos municipais.

A contratação da empresa é essencial para o sucesso dos campeonatos municipais já promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santa



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Bárbara d'Oeste. O processo de contratação deve ser conduzido de forma que a empresa selecionada atenda a todos os requisitos estabelecidos e contribua para a realização de eventos esportivos de alta qualidade. Com isso, espera-se alcançar os objetivos de promoção do esporte, integração comunitária e fortalecimento das práticas esportivas no município.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

ANEXO II- PLANILHA PROPOSTA

LOTE GLOBAL						
Item	Código	Quant.	Unid.	Especificação	Vlr Unitário	Vlr Total
1	2.23.01.0002-0	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Veterano		
2	2.23.01.0003-8	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Master		
3	2.23.01.0004-6	85,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 4ª Divisão		
4	2.23.01.0005-4	65,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 3ª Divisão		
5	2.23.01.0006-2	80,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 2ª Divisão		
6	2.23.01.0007-0	75,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 1ª Divisão		
7	2.23.01.0008-9	39,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 11		
8	2.23.01.0009-7	39,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 13		
9	2.23.01.0010-0	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 15		
10	2.23.01.0011-9	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 17		
11	2.23.01.0012-7	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Sub 20		
12	2.23.01.0013-5	18,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Feminino Livre		
13	2.23.01.0014-3	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mini Campo Servidores		
14	2.23.01.0015-1	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mini campo Sub 07		
15	2.23.01.0016-0	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mini campo Sub 09		
16	2.23.01.0017-8	160,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Masculino Livre		
17	2.23.01.0018-6	25,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Feminino Livre		
18	2.23.01.0019-4	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 06		
19	2.23.01.0020-8	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 08		
20	2.23.01.0021-6	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 10		
21	2.23.01.0022-4	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 12		
22	2.23.01.0023-2	70,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 14		
23	2.23.01.0024-0	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 16		
24	2.23.01.0025-9	55,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal masculino Sub 18		
25	2.23.01.0026-7	20,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Feminino Sub 13		



Município de Santa Bárbara d'Oeste

26	2.23.01.0027-5	20,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Feminino Sub 17		
27	2.23.01.0028-3	40,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Voleibol Masculino		
28	2.23.01.0029-1	40,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Voleibol Feminino		
29	2.23.01.0030-5	50,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Basquete Livre		
30	2.23.01.0033-0	5,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Atletismo Escolar		
31	2.23.01.0036-4	80,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Voleibol de Praia		
32	2.23.01.0037-2	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futevolei		
33	2.23.01.0038-0	40,00	UN	Serviço de Arbitragem para Amistosos de Futebol		
34	2.23.01.0040-2	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Minobol		
35	2.23.01.0042-9	55,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Veterano		
36	2.23.01.0043-7	75,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal 1ª Divisão		
37	2.23.01.0044-5	80,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal 2ª Divisão		
38	2.23.01.0045-3	60,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal 3ª Divisão		
39	2.23.01.0046-1	20,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Basquete Escolar (sub-10)		
40	2.23.01.0047-0	6,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Basquete 3x3		
41	2.23.01.0048-8	20,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futsal Escolar		
42	2.23.01.0049-6	50,00	DI	Serviço de Arbitragem para Campeonato Municipal de Truco		
43	2.23.01.0050-0	3,00	UN	Serviço de Arbitragem para Final categoria 1ª Divisão, 2ª Divisão e Veterano		
44	2.23.01.0051-8	30,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol Mega Master		
45	2.23.01.0052-6	85,00	UN	Serviço de Arbitragem para Campeonato de Futebol 5ª Divisão		
TOTAL DO LOTE						

Valor Total da Proposta por extenso:

(_____)

Declaro que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta, incluindo, dentre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Declaro que os serviços ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Santa Bárbara d' Oeste, de 2.024.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço completo

Telefone/E-mail:

Validade da Proposta: Não inferior a 60 dias

Representante Legal

Cargo

RG:



ANEXO III- MINUTA TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO 172/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO 16246/2024

Contratação de empresa para a
prestação de serviços

.....

O Município de Santa Bárbara d'Oeste, com sede na Avenida Monte Castelo, nº 1.000, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.422.408/0001-52, neste ato representado por **RAFAEL PIOVEZAN**, Prefeito Municipal e **VINÍCIUS FURLAN**, Secretário Municipal de Esportes, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no Contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 16246/2024. e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **172/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para serviço de arbitragem para os campeonatos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes, conforme constante no Anexo I- Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** O Termo de Referência;
- 1.2.2.** O Edital da Licitação;
- 1.2.3.** A Proposta do Contratado;
- 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do Contrato podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.2 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO

7.1 Nos termos do artigo 92, inciso V, e §§ 3º e 4º, inciso I, os preços inicialmente Contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA) (data de inserção do mapa comparativo no 1Doc).

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Cuidando-se de contrato de serviços contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância desta, o reajustamento será em sentido estrito, mediante previsão de índices específicos ou setoriais (IPC-FIPE), nos termos do artigo 92, § 4º inciso I.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Disponibilizar todas as informações e os meios necessários para que ocorra o fiel cumprimento das disposições existentes;

8.1.8 Autorizar os serviços e emitir os documentos específicos para tal;

8.1.9 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, conforme especificado na Lei n. 14133/21.

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



Município de Santa Bárbara d'Oeste

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais e equipamentos demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.18 **Orientar e treinar seus empregados** sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Município, nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.22 Será de responsabilidade da vencedora todas as despesas que incidam ou venham a incidir diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado, e ainda aquelas relativas aos tributos fiscais, trabalhistas e sociais;

9.23 Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação;

9.24 Obrigar-se-á a proponente a executar os serviços, de acordo com as instruções, prazos e com os planos de trabalho estabelecidos pelo Município, em consonância com o conteúdo da proposta apresentada na Licitação;

9.25 A Contratada será responsável, direta e exclusivamente, pelos serviços objeto do Contrato, respondendo por seus empregados, nos termos da lei, bem como por todos os danos e prejuízos que, na execução dos serviços, venha direta ou indiretamente provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros;

9.26 Responder perante ao Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento ou por erro relativo à execução;

9.27 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9.28 Prestar quaisquer informações à Contratante, quando solicitada;

9.29 Garantir que todas as despesas inerentes à realização de serviços serão inteiramente de sua responsabilidade;

9.30 Deverá manter suporte ativo, durante horário comercial, por canal telefônico ou por e-mail, sobre dúvidas que vierem a surgir sobre a utilização da solução.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

9.31 Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.32 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.33 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

9.34 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

9.35 Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

9.36 Diligenciar permanentemente no sentido de preservar e manter o Município à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, referentes aos serviços;

9.37 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.38 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitado pelo(s) gestor(es) do presente contrato e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o(s) gestor(es) deste contrato.

9.39 Manter ao longo da vigência do Contrato junto à PMSBO, todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da mesma, em especial, qualquer alteração relacionada ao seu contrato social, endereço, telefone e e-mail, devendo a PMSBO ser informada das eventuais alterações ocorridas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da efetiva alteração.

9.40 A Contratada deverá observar, com rigor, os termos do Decreto Municipal nº 7.468/23 e Anexo Único (Anexo VIII), sob pena de não pagamento dos valores devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções;

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a



imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1% (um por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- i. O atraso superior a 10 (dez) dias injustificado, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos



devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente licitação deverão onerar:

Unidade Orçamentária: 02.06.01

Funcional Programática: 27.812.0043.2.068 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPORTES

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços técnicos profissionais

Dotação: 364 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Recurso: Próprio - Vínculo 01, suplementada, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Bárbara d'Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Bárbara d'Oeste, ____ de _____ de 2024.

VINÍCIUS FURLAN
Secretário Municipal de Esportes

RAFAEL PIOVEZAN
Prefeito Municipal

CONTRATADO



ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
LICITAÇÃO:
CONTRATO Nº
OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do Contratado manter seus dados sempre atualizados.



2 Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santa Bárbara d'Oeste,

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:



Município de Santa Bárbara d'Oeste

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes Contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

Secretaria Municipal de Administração

Avenida Monte Castelo, 1000 – 4ª andar – Jardim Primavera

Santa Bárbara d'Oeste / SP | CEP 13450-901

+55 (19) 3455-8000

pregao@santabarbara.sp.gov.br | www.santabarbara.sp.gov.br



ANEXO V- MODELO DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

AO

MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____.

A empresa, com sede no endereço
....., nº.....,
C.N.P.J. nº....., **DECLARA, sob as penas da Lei:**

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Se microempresa e empresa de pequeno porte:

- e) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Local e data:

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/ Cargo/ Carimbo do CNPJ)



ANEXO VI- CADASTRO DE REPRESENTANTE

Dados do Representante

CONTRATADA

Caso seja representado por procuração, enviar cópia autenticada.

Nome Completo:	
Cargo:	
CPF:	
RG:	
Data de Nascimento:	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional:	
E-mail Pessoal:	
Telefones:	
Possui Certificado Digital e-CPF ou e-CNPJ?	() Sim () Não
Se positivo, informar a certificadora:	
Qual o tipo do certificado?	() A1 (instalado no computador) () A3 – token () A3 – cartão () A3 – nuvem



ANEXO VII- LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE – SP

CONTRATANTE: Município De Santa Bárbara D'Oeste

CNPJ Nº: 46.422.408/0001-52

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO n° (de origem):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR :

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL:

(nome, cargo, e-mail e assinatura)



ANEXO VIII

DECRETO Nº 7.468 DE 25 DE AGOSTO DE 2.023

“Dispõe sobre os procedimentos referente à retenção do Imposto sobre a Renda prevista na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e alterações nos pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens e prestação de serviços pelos órgãos públicos do Município de Santa Bárbara d'Oeste”.

RAFAEL PIOVEZAN, Prefeito de Santa Bárbara d'Oeste, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e do que consta no Memorando nº 5.727/2023,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente a retenção de tributos, em especial o disposto no art. 64 da Lei nº 9.430/1996 e, também, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2145/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de instrumentalizar e orientar os procedimentos de retenção, recolhimento e transferência dos valores retidos para o ente público municipal, conforme na Instrução Normativa acima mencionada e dar integral cumprimento às correspondentes obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil,

D E C R E T A:

Art. 1º Os órgãos públicos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, ao efetuarem a retenção do Imposto de Renda (IR) no pagamento para pessoa física ou jurídica com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações, para fins de atendimento das obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil, observarão as disposições contida neste Decreto.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Art. 2º As retenções efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, decorrentes de pagamentos diretos, contratos vigentes ou futuros, bem como sobre pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura, consideradas como antecipação do devido imposto pelos contribuintes e passíveis de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica, deverão ser destacadas no corpo do documento fiscal pelo recebedor, observando-se os percentuais estabelecidos no ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 3º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens que tiverem retenção de valores nas condições especificadas neste Decreto deverão emitir os documentos fiscais em observância às regras de retenção de Imposto de Renda vigentes.

Parágrafo único. A inobservância das regras de retenção constantes no “caput” deste artigo ensejará a recusa do recebimento dos receptivos documentos fiscais, com a notificação para a devida correção como condição de pagamento.

Art. 4º Os fornecedores e prestadores de serviços cujos pagamentos não estejam sujeitos à retenção do IR na fonte deverão apresentar a declaração especificada nos Anexos II, III e IV da Instrução Normativa mencionada.

Art. 5º As retenções referidas no presente Decreto e efetuadas pelos diferentes órgãos públicos municipais terão seu valor transferido ao Município de Santa Bárbara d'Oeste.

Art. 6º Todos órgãos da Prefeitura Municipal deverão orientar seus servidores, prestadores de serviços e fornecedores de bens quanto ao cumprimento da Instrução Normativa referida no presente Decreto, bem como sobre o procedimento de recusa do recebimento de documentos fiscais que não atendam as respectivas regras.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara d'Oeste, 25 de agosto de 2.023.

RAFAEL PIOVEZAN

Prefeito Municipal



ANEXO ÚNICO - TABELA DE RETENÇÃO

(Índices constantes no ANEXO I DA I.N. RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012)

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO	ALÍQUOTA IR
<ul style="list-style-type: none">Alimentação;Energia elétrica;Serviços prestados com emprego de materiais;Construção Civil por empreitada com emprego de materiais;Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1234/2012;Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1234/2012;Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767 da IN RFB 1234/2012;Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767 da IN RFB 1234/2012; eMercadorias e bens em geral.	1,20%
<ul style="list-style-type: none">Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB 1234/2012;Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB 1234/2012;Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB 1234/2012;	0,24%
<ul style="list-style-type: none">Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas;Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista;Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas;Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa	0,24%



Município de Santa Bárbara d'Oeste

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	
<ul style="list-style-type: none">• Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais;• Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;• Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas;• Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB 1234/2012;• Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k" do inciso I do art. 5º da IN RFB 1234/2012;• Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB 1234/2012;	1,20%
<ul style="list-style-type: none">• Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850 da IN RFB 1234/2012;	2,40%
<ul style="list-style-type: none">• Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,40%
<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	0%
<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;• Seguro saúde.	2,40%
<ul style="list-style-type: none">• Serviços de abastecimento de água;• Telefone;• Correio e telégrafos;• Vigilância;• Limpeza;• Locação de mão de obra;• Intermediação de negócios;• Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;• Factoring;• Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal;• Demais serviços.	4,80%

Secretaria Municipal de Administração

Avenida Monte Castelo, 1000 – 4ª andar – Jardim Primavera

Santa Bárbara d'Oeste / SP | CEP 13450-901

+55 (19) 3455-8000

pregao@santabarbara.sp.gov.br | www.santabarbara.sp.gov.br